

ACTA N.º 03/2008

----- Acta da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 30 de Junho de 2008.-----

----- Aos 30 dias do mês de Junho de 2008, pelas 17,10 horas no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal em sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- **1** - Apreciação de uma informação do Senhor Presidente da Câmara;-----

----- **2** - Apresentação do Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Mondego, no âmbito da Associação de Municípios do Baixo Mondego, com base no Estudo Técnico elaborado pela Equipa de Augusto Mateus & Associados;-----

----- **3** - Apreciação do Relatório Anual de Actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Cantanhede e Plano de Acção para 2008;-----

----- **4** - Apreciação, discussão e votação da proposta de contratação de um empréstimo de médio prazo, no âmbito do Programa «Pagar a Tempo e Horas», no valor de 805.200,00 €;-----

----- **5** - Apreciação, discussão e votação da proposta do Plano Operacional Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.-----

----- Iniciada a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, que foram as seguintes:-----

----- Pedidos de substituição dos Srs. Presidente da Junta de Freguesia de Cantanhede, pelo seu vogal, Senhor José da Cruz Figueiredo; Presidente da Junta de Freguesia de Outil, pelo seu Tesoureiro, Senhor Amândio Gomes Beato, conforme documentos apresentados. Justificação das faltas dos Senhores Presidente da Junta de Freguesia da Camarneira; Presidente da Junta de Freguesia de Cordinhã; D. Maria Armada Jesus Santos Pires Gavião; Senhor Jorge Cruz

Guerra; Dr. Pedro Alexandre da Cruz Bento, todos por motivos profissionais, conforme documentos apresentados. Faltou ainda o Senhor Dr. Jorge Manuel Pereira Martins, o qual se encontra internado a recuperar de uma intervenção cirúrgica, conforme é do conhecimento de todos e o Senhor Eng^o. Pedro Miguel Dinis Fernandes Gomes Carrana, por se encontrar a recuperar de um acidente de viação. -----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, foi presente a acta nº. 2/08 da sessão da Assembleia Municipal de 20 de Abril de 2008, que posta a votação foi, por unanimidade, o seu teor aprovado e assinada. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da presença na sessão do novo Presidente da Junta de Freguesia de Portunhos, Senhora Dr^a. Marta Cristina Nobre de Carvalho, a qual ocupa o cargo na sequência do pedido de suspensão ao Mandato por um ano do Senhor Enf^o. Alfredo José Rodrigues Ferreira. Apresentou ainda um extracto da Acta nº. 8/2008, de 28/06/2008, da Junta de Freguesia de Portunhos, onde é referida a composição do novo Executivo de Portunhos.-----

----- De seguida deu conhecimento do expediente que chegou à Mesa da Assembleia, no período de 30 de Abril de 2008 a 29 de Junho de 2008, ficando o mesmo à disposição dos membros que o queiram consultar.-----

----- De seguida deu início ao período de Antes da Ordem do Dia.-----

----- A primeira a intervir foi a Senhora Dr^a. Laura Costa para apresentar os agradecimentos à Câmara Municipal, em nome da Escola Secundária de Cantanhede, estabelecimento de ensino onde dá aulas, pelo apoio que a Câmara deu a um grupo de alunos, concretamente da turma 12^o. CT4, João Miguel Pereira

Abrantes, Jorge Miguel Ferreira da Costa, José Daniel Oliveira Acúrcio e Tiago Luís Ferreira da Cruz, Grupo A, com a coordenação a cargo da Prof. Drª. Clara Madeira, possibilitando-lhes no âmbito da disciplina de Área de Projecto intitulado “Vida Ecológica, um dia a dia sustentável”, a elaboração de um trabalho com a construção de um monolugar alimentado a energia eléctrica utilizando painéis fotovoltaicos (energia solar), promovendo o gosto pela investigação e pela descoberta, gerador de autonomia intelectual e cívica. De seguida referiu-se às notícias que foram publicadas nos meios de comunicação social relativamente à deslocação da ambulância de Suporte Imediato de Vida para o Concelho de Mira, questionando se tal não irá prejudicar a população do Concelho de Cantanhede, perguntando qual o ponto da situação real e se está o assunto acautelado relativamente a Cantanhede. -

----- Seguidamente tomou a palavra o Senhor Altino Cruz informando de que, no âmbito das calúnias de que foi alvo em praça pública, tendo sido dito de que era filiado no PS, foram arquivados os processos em que era visado, ficando a aguardar uma posição formal para reposição da verdade.-----

----- Falou de seguida o Senhor Filipe Figueiredo para agradecer, em nome da Comissão Fabriqueira, à Câmara Municipal o subsídio atribuído à Igreja de Ourentã destinado à sua requalificação, que bem necessitava. Referiu-se novamente às lixeiras existentes em Murtede, informando de que a situação apenas está parcialmente resolvida. Informou ainda de que presenciou a utilização de viaturas da Câmara, conduzidas por funcionários camarários em serviços particulares na sua Freguesia, questionando se a Câmara era conhecedora do facto.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados, tendo começado por informar de que a ambulância no pico do verão estará em Mira. Relativamente ao período da realização da Expofacic

irá colocar o assunto ao Senhor Presidente da A.R.S., tendo em vista a existência de um suporte de prevenção em Cantanhede no decurso daquele certame. Quanto à questão da terra desviada para particulares com viaturas da Câmara Municipal de Cantanhede informou que a Autarquia irá averiguar e prestar os esclarecimentos na próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

----- Interveio a Senhora Dr^a. Maria Dulce Santos começando por felicitar a Câmara Municipal pelo alargamento da estrada na Quinta do Anjo, na Pocariça. Referiu-se de seguida aos ramos das árvores existentes em propriedades privadas que invadem o espaço público e vias públicas, concretamente junto a Labrengos, que dificulta a passagem de viaturas, em especial pesados, causando danos. Questiona se não é viável a colocação de lombas redutoras de velocidade junto à Capela de S. Tomé, na Pocariça, dado que os automobilistas vindos do Bolho ali passam a alta velocidade, o que tem causado alguns sustos.-----

----- Tomou a palavra o Senhor Manuel Augusto que felicitou a Câmara Municipal pela cultura no Concelho de Cantanhede, que está em alta com a realização do Dixieland, Folk, etc. Referiu-se aos Prémios que a Câmara Municipal tem recebido e ainda à certificação de qualidade dos vários serviços. Quanto à construção da A17 informou que junto à Sanguinheira estão a ser construídas 3 passagens superiores, mas no seu entender uma delas está mal conseguida, sugerindo as devidas rectificações. Informou também que desde a saída da A17, junto aos Carreiros e no centro da Sanguinheira o piso não está marcado e nalguns locais está em mau estado, pelo que sugere a sua requalificação.-----

----- Interveio seguidamente o Senhor Prof. Abel Carapêto para apresentar algumas questões: 1- Turismo: Gostaria de saber o que tem sido feito para melhorar o Parque de Campismo da Praia da Tocha? 2- Acidentes rodoviários: No cruzamento que faz

a ligação à Adega Cooperativa de Cantanhede têm surgido vários acidentes, alguns mortais, o que levou a Câmara Municipal à colocação de espelhos. No seu entender é insuficiente, devido ao estacionamento indevido na Rua Eng.º Amaro da Costa, que merece actuação por parte da Câmara Municipal. 3- Centros Educativos: Qual a situação relativamente à candidatura da Câmara Municipal aos Centros Educativos. Por último apresentou à Mesa da Assembleia Municipal uma recomendação relativamente a um maior apoio por parte da Câmara Municipal às instituições de solidariedade social, tendo em conta os serviços que prestam, documento que ficará arquivado junto à presente Acta dela fazendo parte integrante, remetendo-se cópia do mesmo à Câmara Municipal para conhecimento.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar todos os esclarecimentos solicitados, começando por responder ao Senhor Filipe sobre as situações abusivas que referiu, solicitando a indicação das situações em concreto. Quanto às situações apontadas pela Dr.ª Maria Dulce Santos informou que a Câmara está atenta e irá actuar em conformidade. Sobre a questão da A17 referida pelo Senhor Manuel Augusto informou que a Câmara está a estudar a situação das passagens superiores. Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Prof. Abel Carapêto informou que: 1- Parque de Campismo da Praia da Tocha – Está em elaboração novo Plano de Urbanização que prevê a sua realocação para a parte Norte da Praia da Tocha, nas proximidades da piscicultura. 2- Trânsito na Rua Eng.º Amaro da Costa – Está em estudo; 3 – Centros Educativos – Acusou o Senhor Dr. Abel Carapêto de distração, dado que já foi aprovada a candidatura apresentada pela Autarquia referente ao Centro Educativo de Ançã. O Centro Educativo de Cantanhede já está candidatado e os Centros Educativos de Cadima e Tocha estão

a ser preparados. Finalmente e relativamente aos apoios às IPSS's os mesmos triplicaram por parte da Câmara Municipal.-----

----- Solicitou novamente a palavra o Senhor Dr. Abel Carapêto para dizer que não está distraído. Desconhecia a aprovação do Centro de Educativo de Ançã. -----

----- Pediu também novamente a palavra a Dr^a. Maria Dulce Santos declarando não ficar satisfeita com a resposta do Senhor Presidente da Câmara quanto ao seu pedido de esclarecimento, lançando o repto para ser a própria Câmara Municipal a actuar e a cortar os ramos que invadem a via pública.-----

----- Por parte do Senhor Presidente da Câmara foi dito que o trabalho irá ser feito.-

----- Por último interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Tocha para saudar o Senhor Presidente da Câmara que, no seu entender, tem alma: um Presidente da Câmara «sem alma» é um «jardim sem flores», referiu. Congratulou-se pela realização de vários eventos no Complexo Desportivo da Tocha: Torneio das Escolinhas; Torneio dos Veteranos em Futebol; Dia Mundial da Criança. Quanto à construção da A17 também se referiu aos viadutos, declarando que a Brisa não pode dar qualidade por um lado e tirá-la pelo outro. É de evitar que se cometam erros deste género. -----

----- Posto isto, e não havendo mais intervenção, entrou-se na Ordem do Dia, com o **Ponto 1** - «Apreciação de uma informação do Senhor Presidente da Câmara»; -----

----- O Senhor Presidente da Câmara apresentou uma informação dos Serviços, dando conhecimento das obras a decorrer no Município de Cantanhede, levadas a efeito pela Câmara Municipal. Tomado conhecimento. -----

----- Entrou-se no **Ponto 2** - «Apresentação do Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Mondego, no âmbito da Associação de Municípios do

Baixo Mondego, com base no Estudo Técnico elaborado pela Equipa de Augusto Mateus & Associados»; -----

----- Tomando a palavra o Senhor Presidente solicitou à Assembleia Municipal autorização para que fosse a Equipa Projectista do Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Mondego a apresentar o mesmo, passando, por conseguinte a palavra ao Senhor Dr. André Barbado e à Drª. Ana Caetano. O Dr. André Barbado começou por caracterizar a região do Baixo Mondego, a qual «...reúne 10 Concelhos (Montemor-o-Velho, Cantanhede, Coimbra, Condeixa, Figueira da Foz, Mealhada, Mira, Mortágua, Penacova e Soure), região esta dividida entre as terras férteis do vale do Mondego, a paisagem agreste da serra, o verde da floresta e as planícies da orla costeira. A posição geográfica estratégica a «meio caminho» entre as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e a articulação que poderá desempenhar com Espanha, beneficiária dos principais eixos de mobilidade Norte-Sul e Este-Oeste e com acesso privilegiado aos portos da Figueira da Foz e Aveiro e à fronteira de Vilar Formoso é um dos mais relevantes recursos deste território, a que se junta, por um lado, o assinalável património ambiental, em que o rio Mondego é o protagonista natural, e por outro lado, um modelo de ocupação urbana com uma notável potencialidade para o desenvolvimento económico e social do Baixo Mondego e do Centro. De facto, a consolidação de um conjunto de sistemas urbanos polinucleados na região Centro, fortemente estruturada ao longo de uma faixa litoral de urbanização difusa mas que, gradualmente, chega aos espaços interiores da região, tem um importante contributo do Baixo Mondego com o eixo Coimbra-Figueira, que assume um papel de charneira e que deverá ver potenciado o seu papel na fixação de serviços e estruturas de importância nacional e internacional. ... Assim, o eixo urbano do Baixo Mondego afirma-se como um

espaço privilegiado de consumo, incrustado num conjunto de Concelhos menos densos em termos populacionais, onde um modelo de industrialização com valências muito próprias convive com uma ruralidade expressa na floresta, na paisagem Gandaresa, nos Campos do Mondego e num modo de vida mais descongestionado e tranquilo ... A conversão do Baixo Mondego num espaço gerador de oportunidades depende, de facto, da exploração da concentração de recursos naturais e imateriais – protagonizados pelo vale do Mondego e pela Universidade de Coimbra respectivamente – cujo ordenamento está, em grande medida, sob a alçada da administração central, mas cujo valor deve incentivar os responsáveis locais a caminharem até ao limite da sua legitimidade política, transformando assim a centralidade geográfica da região numa verdadeira centralidade de iniciativa e, espera-se, de crescimento articulado com os pólos a Norte e a Sul e com uma dinâmica muito própria. Assim, o trabalho agora apresentado apresenta, de forma sintética, o resultado alcançado no processo de construção da visão estratégica para 2020 e de coerência e compatibilização das acções e intervenções estruturantes a desenvolver no período 2008-2013 que assegurarão o alcançar dos objectivos e visão definida. O documento encontra-se estruturado em quatro grandes pontos: No primeiro, apresenta-se o posicionamento e perspectivas futuras para o Baixo Mondego que se encontra articulado com o ponto quatro onde se desenvolvem os elementos base de suporte ao diagnóstico socioeconómico da região. Nos pontos dois e três apresentam-se, respectivamente, a Visão e Opções Estratégicas e o Plano de Acção em que, neste caso, se indicam e caracterizam o conjunto de iniciativas relevantes que materializam as opções estratégicas e visão pretendida para o Baixo Mondego.» -----

----- Após esta intervenção foi solicitada a palavra por parte do Dr. Carlos Pessoa referindo que Coimbra como capital do distrito tem um pólo dinamizador e estratégico na zona, questionado qual o «papel» que cabe a Cantanhede. -----

----- Tomou a seguir a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal manifestando a sua preocupação quanto à polarização no eixo Coimbra/Figueira da Foz e alertando quanto aos vectores estratégicos definidos no Estudo, não concordando com os mesmos. Solicita a entrega de uma cópia do estudo a todos os membros da Assembleia Municipal para análise.-----

----- Da parte do Dr. Abel Carapêto foi referido que o documento agora apresentado já é um facto consumado, sem possibilidade de se poderem dar contributos. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do estudo do Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Mondego, no âmbito da Associação de Municípios do Baixo Mondego, com base no Estudo Técnico elaborado pela Equipa de Augusto Mateus & Associados.-----

----- Entrou-se no **Ponto 3** - «Apreciação do Relatório de Actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Cantanhede e Plano de Acção para 2008» ---

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vereador Dr. Pedro Cardoso que apresentou o trabalho desenvolvido pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Cantanhede (CPCJ), durante o ano de 2007, o qual se encontra consubstanciado no Relatório entregue aos Membros da Assembleia Municipal. Aquele documento, de acordo com o artigo 32º. do Regulamento, destina-se apenas a dar conhecimento à Assembleia das actividades levadas a efeito por aquela Comissão. Realçou o reforço que houve na Equipa Restrita (multidisciplinar e complementar); as melhorias das condições de trabalho; a reorganização e inovação em termos de procedimento,

levando a que o tempo médio de espera de resposta passou para 24 horas; Referiu-se à excelente relação com o Ministério Público e à acção da equipa alargada. -----

----- Pediu a palavra a Dr^a. Laura Costa questionado se as Associações de Jovens do Município estão representadas nas Comissões alargadas.-----

----- Tomando a palavra o Senhor Vereador Dr. Pedro Cardoso respondeu que as Associações de Jovens do Município se fazem representar nas Comissões alargadas da CPCJ.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Entrou-se no **Ponto 4** - «Apreciação, discussão e votação da proposta de contratação de um empréstimo de médio prazo, no âmbito do Programa “Pagar a Tempo e Horas», no valor de 805.200,00 €»-----

----- Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara este solicitou à Senhora Vice-Presidente da Câmara Dr^a. Helena Teodósio para apresentar o processo.

Tomando a palavra a Senhora Vice-Presidente começou por explicar sucintamente os princípios do Programa. Referiu que o principal objectivo deste Programa prende-se com a intenção do Governo definir objectivos plurianuais de redução dos prazos de pagamentos a fornecedores de bens e serviços. O Programa aplica-se, para além de outros organismos públicos, aos Municípios bem como às suas Empresas Públicas Municipais. Para tal o Governo autoriza que, durante o ano de 2008 e para os Municípios que adiram ao Programa, sejam celebrados empréstimos de médio e longo prazo destinados ao pagamento de dívidas a fornecedores, em complemento dos empréstimos de curto prazo contraídos para apoio à tesouraria, desde que não sejam ultrapassados os níveis de endividamento líquido admitidos por lei (n.º 3, art.º 128 da Lei n.º 67-A/2007, de 31/12). A fórmula financeira para a obtenção do Prazo Médio de Pagamentos vem claramente definida no diploma, o que no caso concreto

do Município e reportado à data de 31 de Dezembro de 2007, era de 101 dias. Os montantes máximos de financiamento também se encontram devidamente estipulados (art.º 24). Efectuados os cálculos, estima-se que o Município de Cantanhede poderia contratualizar um empréstimo no montante máximo de 1.342.998,93 euros, ou seja, o valor da nossa dívida registada na conta de fornecedores conta corrente (rubrica 22 do POCAL) reportado à data do final do 1.º semestre de 2007. O prazo máximo do empréstimo concedido pelo Estado será de 10 anos (art.º 29) sendo que na primeira metade do seu período de vigência terá carência de capital e taxa de juro zero (art.º 41). Após o termo da primeira metade do prazo passará a haver amortizações em prestações semestrais, postecipadas e sucessivas e uma contagem de juros indexada à EURIBOR, a seis meses, em vigor na data do início de cada período de contagem de juros (art.º 42); Necessidade de obtenção do Visto do Tribunal de Contas (art.º 26); O período de utilização do montante do empréstimo deverá ser efectuado de uma única vez no prazo máximo de 30 dias a contar da data do visto do Tribunal de Contas (art.º 36, 37 e 38); Caso se pretenda efectuar uma amortização antecipada deverá ser paga uma prestação adicional de juros (art.º 46); A taxa de juro de mora é a equivalente à taxa de juro resultante dos pontos anteriores da referida resolução acrescida de 2% (art.º 47); Para garantir o reembolso do capital bem como o pagamento dos juros do empréstimo concedido pelo Estado, os Municípios deverão autorizar a redução das transferências correntes e de capital recebidas do Orçamento de Estado (art.º 48), autorizando, de igual modo, a aplicação de mecanismos reforçados de monitorização do grau de cumprimento dos objectivos (art.º 49). Neste sentido, procedeu-se ao convite às entidades bancárias com agência na área do Município e ao qual responderam as seguintes: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Cantanhede

e Mira, CRL; Banco Espírito Santo, S.A.; Banco BPI, S.A.; Banco Santander Totta, S.A., e Caixa Geral de Depósitos, S.A. Confirmada a elegibilidade da candidatura do Município ao Programa “Pagar a Tempo e Horas”, conforme comunicação dessa entidade através do seu ofício n.º 08593, de 11 de Junho, remetido em anexo e formalizado junto da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças através do nosso ofício n.º 5776, de 30 de Abril de 2008, no montante de 1.342.000,00 Euros, concretamente 805.200,00 Euros a contrair junto de uma instituição de crédito e 536.800,00 Euros junto do Estado, representado pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, procedeu-se à análise das propostas entregues, e a Câmara Municipal, na sua reunião de 17/96/2008 deliberou adjudicar o presente empréstimo à proposta mais favorável ao Município, ou seja ao Banco Santander Totta, S.A., no montante global de 805.200,00 Euros. -----

----- Começou por intervir o Senhor Prof. Abel Carapêto afirmando que o Programa em discussão tem virtudes e pode efectivamente contribuir para a mudança de atitudes, pelo que a Bancada do PS irá votar favoravelmente. -----

----- De seguida interveio o Senhor Manuel Augusto para questionar o porquê do atraso no pagamento de facturas de 2004, conforme relação constante do processo e facultada aos membros da Assembleia. -----

----- Tomando a palavra a Senhora Vice-Presidente esclareceu que se deve ao facto de acertos de irregularidades processuais. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Caetano para felicitar a Câmara Municipal pela adesão ao Programa em discussão, o que viabiliza a exigência por parte da Autarquia no cumprimento dos prazos e demais aspectos por parte das empresas e empreiteiros. -----

----- Não havendo inscrições para pedidos de esclarecimentos foi o presente assunto posto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 31 votos a favor e 2 abstenções. -----

----- Entrou-se no **Ponto 5** - «Apreciação, discussão e votação da proposta do Plano Operacional Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios»; -----

----- Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara este solicitou ao Senhor Vereador do Pelouro da Protecção Civil, Arqº. José António Pinheiro, para apresentar o assunto em apreciação. Tomando o Senhor Arqº. José António Pinheiro, apresentou o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, referindo que este constitui um instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de acções de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas, visando concretizar os objectivos estratégicos definidos e quantificados no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI). O PMDFCI do Município de Cantanhede foi elaborado durante o ano de 2005 e início de 2006, após a constituição do Gabinete Técnico Florestal do Município de Cantanhede que deu início à sua actividade no dia 16 de Novembro de 2004, aprovando a Câmara Municipal, na mesma data, a realização do Acordo de Colaboração com a Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais para execução de Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios. Na mesma data e para cumprimento do disposto na Lei n.º 14/2004, de 8 de Maio, foi ainda constituída a comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios, centro de coordenação e acção local de âmbito municipal, a funcionar sob a coordenação do presidente da câmara municipal, tendo como missão coordenar, a nível local, as acções de defesa da floresta contra incêndios florestais e promover a sua execução. Referiu ainda de que o Município de Cantanhede celebrou em

11/08/2006 com a Direcção-Geral dos Recursos Florestais, um acordo de colaboração, com o objectivo de assegurar o enquadramento financeiro para comparticipação das despesas de funcionamento do gabinete técnico florestal e dos encargos com o respectivo pessoal técnico habilitado. O referido gabinete técnico e o serviço municipal de protecção civil do Município de Cantanhede concluíram o PMDFCI em Abril de 2006, tendo submetido o documento a apreciação da CMDFCI – Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, que o aprovou por unanimidade, em reunião da Câmara realizada no dia 27 de Abril de 2006. Nesta mesma reunião o gabinete técnico e o serviço municipal de protecção civil do Município de Cantanhede submeteram a apreciação da CMDFCI um projecto de candidatura ao Programa de Apoios do Fundo Florestal Permanente – Protecção e Prevenção da Floresta Contra Incêndios, que foi também aprovado por unanimidade e cujo principal objectivo consiste na execução de um conjunto de intervenções de silvicultura preventiva e outras acções de redução de combustíveis, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 156/2004, de 30 de Junho, para implementação de faixas de protecção associadas a aglomerados populacionais, rede viária, linhas de transporte de energia eléctrica e a parques e polígonos industriais. O PMDFCI do Município de Cantanhede foi enviado à Direcção-Geral dos Recursos Florestais para aprovação em 16/05/2007, tendo sido aprovado em 27/02/2007 depois de analisado e devidamente contextualizado, no âmbito dos objectivos traçados para 2007 e nos termos do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho e da Portaria n.º 1139/2006, de 25 de Outubro. O PMDFCI do Município de Cantanhede foi entretanto reformulado, atendendo à necessidade de ser configurado face à legislação regulamentadora do PNDFCI, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho e da Portaria n.º 1139/2006, de 25 de Outubro. Desta forma o PMDFCI foi concluído em Outubro

de 2007, tendo submetido o documento a apreciação da CMDFCI – Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, que o aprovou por unanimidade, em reunião realizada no dia 31 de Outubro de 2007. O gabinete técnico florestal elaborou ainda, em Janeiro de 2005, um projecto de candidatura à Medida AGRIS – Acção 3.4 - Prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos, através da implementação de meios de detecção e intervenção precoce em situações de incêndios emergentes (sistema de vigilância móvel), projecto em execução desde Julho de 2005, mas apenas aprovado e homologado em Março de 2006. Relativamente ao Plano Operacional Municipal, previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26/05/2006, que aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI) e que refere o reforço da organização de base municipal, onde serão consolidadas e integradas as diferentes acções de prevenção e protecção da floresta, potenciando a intervenção dos agentes locais, entregando aos Presidentes das Câmaras Municipais a responsabilidade política de coordenação e apoio ao funcionamento daquelas acções, foi concluído no início de Abril de 2008, tendo sido submetido à apreciação da CMDFCI – Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, que o aprovou por unanimidade, em reunião realizada no dia 16 de Abril de 2008. Consciente das suas atribuições e competências legais de planeamento, execução e fiscalização nesta matéria, o Município de Cantanhede celebrou com a Escola Superior Agrária de Coimbra, a 10 de Março de 2008, um protocolo que estabelece os termos e as condições em que esta instituição de ensino superior, sob a direcção executiva da autarquia, irá elaborar os Estudos de Ordenamento para a Área Florestal do Concelho de Cantanhede que constituem a primeira fase do Plano Municipal de Ordenamento Florestal. O estudo prevê a elaboração do diagnóstico da situação actual do

Município de Cantanhede em termos dos recursos florestais existentes. Nesse sentido, além da elaboração de dois inventários, um para avaliação da potencialidade de crescimento das espécies florestais principais, outro de combustíveis, será realizada uma carta de uso do solo com legenda detalhada no uso florestal, incluindo a presença de espécies invasoras. Por outro lado, o estudo contempla a determinação das tendências de evolução do uso florestal no período de 1995-2005, a avaliação das potencialidades dos espaços para o(s) usos florestais e definição do elenco e modelos gerais de silvicultura das espécies florestais recomendadas para a expansão e/ou reconversão do património florestal. -----

----- Não havendo inscrições para pedidos de esclarecimentos foi o presente assunto posto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Por último, e nos termos do artigo 19º., nº. 2 do Regimento da Assembleia Municipal, foi autorizada a intervenção de um Munícipe que mostrou interesse em participar na presente sessão da Assembleia Municipal, tendo o Senhor Presidente da Mesa dado a palavra ao Senhor Celso da Cruz Cardoso, que solicitou esclarecimentos relativamente a um seu projecto de reconstrução sito na Rua do Sequeiro, na Cidade de Cantanhede. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Senhor Director do Departamento de Urbanismo, Engº. Coelho de Abreu, presente na sessão, para prestar os esclarecimentos solicitados pelo Munícipe, tendo sido informado de que o projecto de reconstrução que pretende implementar no referido local colide com o Plano em vigor. No entanto, o processo já está na Comissão de Coordenação de Desenvolvimento da Região Centro (CCDR) para emissão de parecer, após o que terá de haver um processo de discussão pública. A Câmara Municipal irá ponderar eventuais reclamações na mesma zona e mandar elaborar a versão final do Plano,

que terá novamente de voltar à CCDRC para emissão de parecer e posterior aprovação da Câmara Municipal e Assembleia Municipal e publicação no Diário da República.-----

----- Por fim, por parte da Bancada do PSD foi apresentada uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade.-----

----- Finalmente, sendo 19,20 horas o Senhor Presidente da Assembleia deu a presente sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente acta para constar, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

----- O Presidente:

----- O Primeiro Secretário:

----- O Segundo Secretário: